



Revista de Biologia e Ciências da Terra

ISSN: 1519-5228

revbiocieter@yahoo.com.br

Universidade Estadual da Paraíba

Brasil

Gomes Brito, Altair

As montanhas e suas representações: buscando significados à luz da relação homem-natureza

Revista de Biologia e Ciências da Terra, vol. 8, núm. 1, primer semestre, 2008, pp. 1-20

Universidade Estadual da Paraíba

Paraíba, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=50080101>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

As montanhas e suas representações: buscando significados à luz da relação homem-natureza¹

Altair Gomes Brito²

RESUMO

O presente trabalho busca retratar alguns aspectos da relação homem-montanha, sob a ótica popular. Inclui dimensões complementares, e até mesmo antagônicas: mitos primitivos e associações modernas, esportes de aventura e hierofanias, veneração romântica e sentimentos negativos, ecoturismo e inconsciente popular. O desafio é detectar os novos valores e significados do cotidiano moderno, marcado pela influência da mídia.

Palavras-chave: Montanhas, representações, imaginário, paisagem, inconsciente coletivo.

The mountains and their representations: searching meanings in the light of the relation man-nature

ABSTRACT

The present work search to show some aspects in the relation man-mountains, under the popular view-point. Include complementary dimensions, even antagonics: primitive myths and the moderns associations, adventure sports and sacred manifestations, romantic veneration and ecotourism, popular unconscious and the negative feelings. The challenge is detect the new values and meanings of the modern daily life, marked for media influence.

Keywords: Mountains, representations, imaginary, paisagem, colective unconscious.

INTRODUÇÃO

Explorar o mistério que envolve a presença das montanhas na vida humana, ao longo do tempo e dos lugares, é tarefa desafiadora em vários aspectos. Seu encanto e imponência desafiam as limitações físicas do homem, mas instigam sobretudo sua razão e sensibilidade. Por que para tantas pessoas elas despertam associações simbólicas e até mesmo características sagradas? Porque são tidas como lugares especiais, com uma variada gama de

valores, que ultrapassam em muito a simples existência física daquelas formas naturais?

Distinguindo-se como formas naturais marcantes na paisagem, as elevações rochosas incorporam historicamente um desafio persistente, tanto ao domínio quanto ao entendimento humanos. Elas se erguem acima das planícies habitadas; são remotas, perigosas e inassimiláveis às necessidades do trabalho diário do homem. Conforme Tuan (1980, p. 81), as montanhas desafiam o controle humano fácil:

são elementos permanentes no mundo do homem, quer ele goste ou não.

As inúmeras interpretações das pessoas a respeito das montanhas são inspiradas não só por sua imagem física no horizonte, mas também por sua imagem simbólica, tecida culturalmente ao longo de gerações. As imagens mentais criadas no cotidiano, sem necessariamente visualizá-las ou acessá-las em atividades esportivas e recreacionais, revelam uma complexidade surpreendente. As representações tecidas no universo do chamado senso comum acompanham a transformação dos valores estéticos e religiosos da sociedade, sendo compostas também por outras dimensões, como a turística, a esportiva e a ambiental.

As paisagens escarpadas surgem frequentemente como tema na literatura, onde são traduzidas por autores clássicos e modernos, em cujos textos transparece a evolução dos sentimentos sobre as montanhas. Muitas narrativas registram as experiências decorrentes da incursão em seus domínios. Estes relatos, de grande apelo sentimental e estético, atestam a secular atração exercida pelas alturas. Aqui, porém, nos propomos um esforço adicional: transpor a ótica dos aventureiros e montanhistas, que acessam efetivamente as montanhas, buscando sobretudo a perspectiva popular, a visão das pessoas comuns. O fenômeno do montanhismo e a experiência pessoal/existencial dos montanhistas integra um universo maior, que inclui as influências exercidas pelo seu discurso, por suas atitudes e suas conquistas/tragédias sobre as representações da coletividade.

Para o chamado senso comum, alvo da presente pesquisa, a definição de montanha passa por uma lógica própria, em que não se fazem necessárias fronteiras rigidamente definidas. Assim, aqui a conceituamos de modo livre, desconsiderando propositadamente as definições adotadas pela Geomorfologia e ciências afins, que imporiam demasiadas limitações. O critério do relevo relativo, por exemplo, validado pela maior parte dos pesquisadores, considera montanha apenas a

elevação de vertentes inclinadas cuja altura em relação à base é maior que 300 metros. Esse parâmetro, porém, gera conflitos: pequenas formações ao nível do mar (como o Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro, com 392m) podem ser montanhas, pois sua altitude e sua altura são as mesmas. Ao contrário, sob este critério muitas montanhas de grande altitude deixariam de ser assim chamadas, pois estão em platôs elevados. Como alerta Faria (2005), há até mesmo pesquisadores que afirmam não existir montanhas no Brasil.

Como nos lembra Herzog (1956, p. 4), a noção de montanha não é consensual. Um turista, um alpinista, um eremita e um geólogo, por exemplo, que digam do mesmo modo “vou à montanha” não falam absolutamente da mesma coisa. Suas incursões escondem objetivos diferentes, até mesmo contraditórios: alguns buscam repouso, outros buscam a atividade e o risco. Alguns se movem por sentimentos espirituais, outros por interesses essencialmente racionais.

Assim, as diferenças óbvias entre as “nossas” montanhas – em regiões de baixa latitude/altitude, arredondadas e cobertas de vegetação – e as montanhas escarpadas e cobertas de neve, em certo sentido se desfazem. Ambas guardam, para o senso comum, representações semelhantes, que as unem em torno de um imaginário único.

Explorando as diversas visões-de-mundo incorporadas pela coletividade, subjacentes às variadas formas de conceber as montanhas, buscamos contribuir, numa linha diferenciada, com análise geográfica do espaço. As formações montanhosas, usualmente enfocadas sob a ótica física, ambiental ou econômica – relacionando-as à geomorfologia, ao eco-turismo e à mineração, por exemplo – serão aqui enfocadas culturalmente, segundo as concepções coletivas sobre ela traçadas.

A presente abordagem busca resgatar o domínio das operações simbólicas, uma dimensão pouco explorada na pesquisa científica. As montanhas imaginadas abrigam mais do que suas características naturais e

geológicas. Mapear esta teia de significados é o desafio que nos propomos.

OPÇÕES E INSPIRAÇÕES

A idéia de representação é uma das chaves para analisar a lógica da relação homem-montanha. Representar é criar mediações, traduzir a realidade incomensurável, possibilitando que o mundo seja cognoscível e compreensível ao pensamento. Na representação, o sujeito encontra reflexos do seu próprio pensar, inventando uma explicação mais familiar das coisas, transpondo-as para o seu cotidiano. Mas, em grande escala, as representações são produtos da coletividade.

Como contribuição essencial para analisar essa conexão entre a dimensão individual e a coletiva, destaca-se a teoria das Representações Sociais (RS), que veio a enriquecer sobremaneira a abordagem polarizada entre o indivíduo “puro” e a sociedade, centrando seu olhar sobre como se constrói a relação entre os dois. Ao fazer isso ela recupera um sujeito que, por meio de sua atividade e relação com o mundo, é tanto agente quanto produto, constrói tanto a sociedade como a si próprio.

Ao analisar a construção dos saberes sociais, Moscovici visa romper também com a dualidade ciência-verdade X senso comum-ilusão. Contrapondo-se à idéia da “ignorância das massas”, o estudo das RS valoriza o senso comum como conhecimento legítimo e motor de transformações sociais. Concebe, além do mundo reificado, próprio das ciências e da política, um mundo consensual, o universo da cultura cotidiana.

A fim de captar evidências de como se originam e manifestam os sentimentos relativos às montanhas, buscamos alguns procedimentos metodológicos diferenciados. Além de consulta a textos bíblicos e artigos publicitários, buscamos subsídio em pesquisas com alunos e em entrevistas livres. Com as crianças, foi pedido um texto “na hora”, deixando que escrevessem livremente, sem preocupação com

regras ou avaliações. Neste procedimento experimental, os alunos foram estimulados a produzir rapidamente um pequeno texto, de aproximadamente dez linhas, no qual escreveriam o que desejassem sobre o tema montanhas. Não deveriam se preocupar com a letra ou com as regras da Língua Portuguesa – cuidados que só tirariam a naturalidade dos relatos. Foi-lhes dada total liberdade de expressão e de forma, e sugerido que registrassem o pensamento que viesse à cabeça. Esse exercício de investigação visava retratar suas representações e relações de valor.

As míni-redações conduziram a algumas reflexões importantes, mas necessitavam ser complementadas por opiniões de pessoas adultas. Nas entrevistas, fizemos questionamentos abertos, como “o que é montanha para você” e “o que você acha das montanhas”. Após alguns momentos de reticência, a maior parte das pessoas expressava suas opiniões, usando os adjetivos e metáforas que retrataremos adiante. Nosso objetivo não era tanto captar depoimentos estruturados, mas apontar os elementos discursivos e consensuais presentes no senso comum. Para tanto, escolhemos pessoas sem qualquer vínculo com o ambiente acadêmico ou com o tema de pesquisa: vigilantes, frentistas, operários, taxistas, estudantes de ensino médio.

As contribuições decorrentes destes procedimentos serão inseridas pontualmente a seguir.

AS MONTANHAS DA BÍBLIA

Entre os depoimentos colhidos, por diversas vezes transpareceram sentimentos relativos à dimensão sagrada. Para muitos, a montanha é uma “*coisa de Deus*”, nela ficamos “*mais perto o Céu*”. Esta metáfora, de uso corrente, surge com a mesma intensidade na literatura, como uma das justificativas para a incursão de montanhistas e aventureiros às alturas, sendo empregada com naturalidade em relatos de escaladas.

No contexto predominantemente cristão em que nos encontramos, um fator que certamente contribui para formar esta concepção é a existência de diversas passagens e figuras bíblicas que se referem às montanhas. Presente na formação moral e cultural das sociedades ocidentais, a Bíblia e seus ensinamentos exercem forte influência ética na conduta dos indivíduos provindos de famílias de matriz cristã. Assim, nos propusemos inicialmente a explorar de que modo a imagem da montanha é retratada na Bíblia.

Mesmo um estudo pouco aprofundado das mensagens contidas no texto sagrado do cristianismo revela inúmeras menções a montes e elevações: são citados o monte Carmelo, o monte Horeb, as montanhas de Efraim, o Tabor e o monte Moriá. Diversas personagens bíblicas estão vinculadas às montanhas, sejam estas retratadas como local de peregrinações, sacrifícios, milagres ou revelações divinas.

Já no Antigo Testamento, a narrativa sobre Moisés, que ao sair com seu povo do Egito acampara aos pés do monte Sinai, é rica em simbolismos com relação à montanha. Observe-se que ao chamar Moisés, Deus lhe teria advertido que o povo não poderia subir ao monte, dizendo: *“Marca limites ao redor do monte, e santifica-o.”* (Êxodo, 19:23). A subida ao alto da montanha freqüentemente é tarefa que somente alguns iluminados ou profetas devem executar. E essa limitação não se deve a motivos físicos, mas a uma necessária preparação espiritual que lhes tornava aptos à experiência da aproximação com os céus.

Mas são as imagens bíblicas sobre a vida de Jesus as mais ricas em elementos simbólicos relativos às formações montanhosas: do Sermão da Montanha à crucificação no alto de uma elevação, a história dos evangelhos está repleta de menções que reforçam este simbolismo.

Depois da multiplicação dos pães, Jesus se despediu da multidão, e *“subiu a um monte para orar na solidão.”* (Mateus, 14:23). Antes de escolher os apóstolos, é ali também que ele passa a noite em oração. Mais tarde, Jesus reuniria alguns dos seus apóstolos sobre o

monte Tabor, onde se daria sua transfiguração (Marcos, N.T., 9:2)

O monte das Oliveiras é o cenário de boa parte da última semana de Cristo. Sua última aparição também foi num monte, que os evangelhos não citam o nome.

A imagem de Jesus subindo às montanhas para rezar compõe o imaginário popular do ocidente, fortemente influenciado pelo catolicismo e pelas religiões evangélicas. Assim como nas religiões orientais, a peregrinação em busca de algo maior, além de si mesmo, encontra muitas vezes na subida das encostas o sacrifício físico que conduz à iluminação. A escalada é o caminho da contemplação divina: subindo ao alto dos montes o homem estabelecerá uma conexão com Deus.

No âmbito da igreja católica, uma personalidade que incorporou este simbolismo foi Karol Wojtyla, o papa João Paulo II. Este demonstrava grande fascínio pelas montanhas, desde a juventude, e em inúmeras ocasiões subiu picos alpinos. Era conhecido como “o teólogo da montanha”. Uma torre de 2.424 metros de altitude, no maciço do Gran Sasso (Itália) foi batizada com o nome do papa, após seu falecimento. Na ocasião da homenagem, o cardeal Martins (2005) relembra que a relação do papa com as montanhas fora realmente singular: nelas João Paulo procurava *“a beleza e a força, os silêncios profundos e as vozes dos anjos”*.

Estas palavras lembram ao homem cristão a dimensão sagrada da montanha, que antes de ser uma formação física, é um símbolo espiritual. As metáforas bíblicas remetem a isto constantemente: *“Levanto os olhos para os montes: de onde me virá o auxílio?”* (Salmos, A.T., 120:1-2). *“As alturas dos montes pertencem a Deus”* (Salmos 95:4). Estas imagens bíblicas estão inegavelmente presentes no imaginário do homem cristão, sendo periodicamente reavivadas e rememoradas nas cerimônias católicas, evangélicas e protestantes.

As passagens bíblicas acima retratadas, sobretudo as do antigo testamento, lembram que

desde a antiguidade as montanhas abrigavam intenso significado sagrado. Ao estabelecer cultos e tradições utilizando a imagem destas, o cristianismo demonstra uma aproximação com certas crenças míticas. Isto nos conduz a investigar manifestações simbólicas anteriores. Ao lançar um olhar para o passado, nos aproximaremos do pensamento mágico de nossos ancestrais, no qual se situam algumas raízes do moderno imaginário sobre as montanhas.

MONTANHAS SAGRADAS

As elevações rochosas assumiram, ao longo dos séculos, significados profundos. Dentre todos os objetos naturais, a montanha foi o que se revestiu de mais intensa sacralidade. Diversos grupos antigos a incluíram como uma de suas referências essenciais, revelando concepções antropológicas que, mesmo concebidas isoladamente, abrigavam semelhanças com representações coletivas de maior abrangência espacial e cultural. Samivel (1956, p. 20-21) classifica esta devoção em alguns estados míticos, ao longo do tempo.

Em primeiro lugar, estaria a noção do Deus-montanha, bastante antiga, em que a própria montanha se constituiria alvo de adoração.

Num segundo estágio, a noção do divino se desprenderia do corpo material da montanha. Ela não seria a divindade em si mesma, mas sua residência, morada sagrada. As montanhas abrigavam, para o homem primitivo, entes sobrenaturais de variadas formas e monstros lendários. Wilkinson (2002, p. 52-56) nos lembra que os deuses mais importantes da Grécia eram aqueles que residiam no monte Olimpo. Zeus nasceu no monte Ida, e Dionísio foi criado no monte Niza. Diana, deusa dos romanos, era homenageada nas montanhas. Na Sicília, há o monte Híbla, no qual se adorava a deusa de mesmo nome. Para a mitologia chinesa, de igual modo, as montanhas abrigavam diversas entidades.

Em terceiro lugar, Samivel situa uma nova evolução das idéias: a noção do divino se desmaterializa e transcende, e sua localização passa de um plano terrestre a um plano celeste. Nessa concepção, as montanhas se constituem em meios principais de conectar os homens aos deuses, uma passagem por meio da qual corre um fluxo entre a terra e o céu divino. E, como consequência de uma evolução na concepção do mundo, ligada a uma observação científica ainda embrionária, elas seriam vistas como os pilares que suportavam o céu.

O conceito de *Axis Mundi* é clarificado por Eliade (1996), para quem a montanha sagrada era também entendida como um eixo perpendicular – símbolo extremamente difundido. Para este pesquisador, a imagem de uma coluna universal que sustenta os céus está presente em muitas teorias cosmológicas. Conforme Eliade, todas as cidades, templos ou palácios considerados como Centros do Mundo não passam de réplicas, multiplicadas à vontade, da imagem arcaica de um eixo que sustenta a esfera celeste.

Para Campbell (1994, p. 92) a característica simbólica mais marcante tanto do Velho como do Novo Mundo foram as grandes torres-templo e as pirâmides se erguendo acima dos telhados humildes agrupados ao redor de suas bases. Para os sumérios, a forma da montanha simbolizava as duas direções duas direções do movimento espiritual, para o alto e para baixo.

O simbolismo da elevação sagrada é, para Durand, o que leva os homens a construir essas colinas artificiais que são a Kaaba e outros templos: “*Tal como as pirâmides, os Tumuli funerários da civilização nórdica e os túmulos de sacerdotes-reis são voltados ao culto do céu.*” (1997, p. 128)

As fases identificadas por Samivel traçam um interessante quadro que ajuda a distinguir algumas das principais formas de conceber as montanhas. O repertório aqui retratado instiga a um questionamento a respeito das raízes que alimentam tanto o imaginário moderno quanto as cosmologias dos povos ditos

primitivos. Algumas das associações que motivaram nossos ancestrais podem ser evidenciadas ainda hoje? Tomemos como exemplo a função da magia como redutora da ansiedade diante do desconhecido, como meio de tranquilizar os temores do homem. A significação mágica do homem antigo estaria ligada, afinal, a uma necessidade: ele recorria ao ritual e ao mito para dar sentido e segurança a seu mundo.

Os fenômenos da natureza – raios, tempestades, terremotos, vulcões, eventos astronômicos – foram durante séculos ocorrências incompreensíveis, demandavam uma explicação coerente que apenas a crença no sobrenatural poderia fornecer. Diante das forças da natureza e de suas manifestações catastróficas, entendidas como demonstrações da ira dos deuses, o homem certamente foi tomado pelo medo e pelo espanto. Esta necessidade de segurança espiritual e psicológica parece estar plenamente atuante no mundo moderno, sendo tradicionalmente uma das bases da religião e do mito.

Também Schama, em sua obra “Paisagem e memória”, exemplifica como o homem secularmente cultua e teme a natureza, atestando a universalidade de mitos tradicionais com relação à floresta, à montanha e outros elementos naturais. Sua tese principal, que referendamos em boa parte, é a persistência dos mitos herdados da antiguidade, transmitidos inconscientemente ao longo de gerações da cultura ocidental.

A atualidade de algumas crenças contemporâneas atesta que mitos como o da montanha sagrada ainda estão atuantes em pleno século XXI. Podemos citar, por exemplo, a relação entre os aborígenes australianos e o Uluru, colossal monte de arenito vermelho no meio do deserto da Austrália central, considerado um local santo. Também em toda a cordilheira do Himalaia, diversas etnias consideram as montanhas sagradas. O monte Kailash, por exemplo, permanece até hoje como local proibido, não sendo concedida permissão para escalá-lo. Os Sherpas só atuam como

carregadores nas grandes montanhas himalaias após cuidadosos rituais e oferendas. Para aquela etnia, o monte Everest é Deus – deles e de todo o mundo. As denominações locais comprovam esta devoção: para os tibetanos, o monte Everest é conhecido como Chomolungma (“deusa mãe do universo”); para os nepaleses, ao sul, como Sagarmatha (“deusa do céu” ou “montanha abençoada”).

A presença das montanhas sagradas é marcante em todo o oriente, sobretudo nas religiões de matriz budista. No Japão moderno, os montes são respeitosamente venerados: as lendas de deuses japoneses que os habitam são visíveis nas suas tradições, no folclore e nas artes. Os deuses das montanhas são considerados seus ancestrais. O inativo vulcão Fuji-Yama, cuja denominação significa vida eterna, possui inúmeros santuários em suas encostas, dedicados a deuses do xintoísmo e à Sengen-Sama, a deusa do sol nascente. Aquele monte atrai mais 300 mil peregrinos todos os anos, que cumprem o ritual de subir ao topo ao alvorecer.

EM BUSCA DO LAZER E DA BELEZA NAS MONTANHAS

Nos relatos dos alunos, pudemos perceber com frequência a presença de uma ligação das montanhas ao turismo, a visão destas como local de visitação. Alguns depoimentos expressam o desejo de “*ir lá no fim de semana, passar o dia*”, outros declaram que “*tem muita coisa legal*”, que “*é muito útil para acampar, fazer piqueniques*”, e que “*tem recantos para parar e olhar a vista*”. Cachoeiras, “*paisagens lindas*” e abismos compõem o quadro imaginado ou lembrado. As palavras escritas por Ana Paula resumem a contemplação da natureza serrana: “*Em cada parte é muito bonito tem bastantes árvores flores águas e como sempre bastante gente tirando fotos*”.

As conversações com jovens e adultos sinalizam, do mesmo modo, opiniões semelhantes: “*é pra ver de longe, é bonito,*

viajar”, “*bom é ver do carro, ir vendo a serra, aquele verde*”. Algumas pessoas expressarem influências da educação ambiental moderna, ao associar as montanhas à natureza, que “*muita gente não respeita*”.

O uso ecoturístico surge em vários depoimentos, ligando-se à idéia de aventura. Para muitos, montanha é eleita como local de lazer, “*é tudo de bom: natureza, aventura, sair com os amigos*”; “*é sair no final de semana e subir, se embrenhar no mato, ficar lá muitos dias*”. Gilson (entregador, 30 anos) contou que tinha uma casa de campo no pé de uma montanha: “*Quase todo fim de semana vou pra lá, descansar, sentir o ar puro, a natureza. É o meu paraíso...*”

Este gosto pela região serrana e pelas áreas naturais em geral tem, no entanto, uma trajetória histórica. Durante longo tempo, as áreas montanhosas foram usualmente consideradas locais perigosos, de gente incivilizada, povos bárbaros, ladrões e selvagens – um cenário a ser evitado. Predominava a idéia de, a todo custo, evitar-se as montanhas, circundá-las ou, caso fosse estritamente necessário, transpô-las através de alguma passagem.

Segundo Keith (1988), os primeiros viajantes as achavam desagradáveis e arriscadas. Porém esta visão pouco tolerante para com as paisagens naturais e montanhosas iria se modificar radicalmente antes de terminar o século XVII. O gosto inglês pelos jardins formais e cuidadosamente aparados se revelaria fora de moda, e a paisagem agreste se tornaria fonte de renovação espiritual.

A nova cultura nascente seria impulsionada também por valores religiosos. A idéia de uma terra ordenada por Deus, em perfeita harmonia, penetra em profundidade nas consciências populares, orientando o olhar sobre o ambiente.

Conforme analisa Carvalho (2001, p.45-46) no arcadismo – que mais tarde influenciou o movimento romântico do século XIX – estão as origens desta admiração pela natureza, que se generalizou para um conjunto bem mais amplo

da sociedade. De fato, os novos valores estéticos e a alteração na percepção das paisagens naturais, que floresciam com vigor na Inglaterra, tornaram-se rapidamente um fenômeno europeu e mundial, que impulsionou a busca por locais selvagens e não transformados pelo homem. O cenário de reeducação estética iria gerar um gosto especial pela admiração da paisagem rochosa e escarpada.

Devido a esta nova sensibilidade, a visão sobre as montanhas se transformou hegemonicamente. Ao longo de três séculos, ocorreria uma grande mudança de percepção: as características que outrora as levavam a ser desprezadas – altitude, desolação, perigo – passaram a constituir seus aspectos mais apreciados. A partir de então as belezas naturais da montanha seriam percebidas como lugares de prazer, onde havia o ar mais puro e as melhores vistas. As cordilheiras e regiões altas passaram a ser um recurso recreativo de alcance popular, e a paixão pelo cenário montanhoso tomou conta do público em geral.

Os viajantes olhavam para a natureza em busca de conformidade com o padrão preconcebido, com um modelo aceito de harmonia estética. O apreço pela natureza selvagem se convertera num paradigma dominante: a natureza das montanhas não era somente bela, era moralmente benéfica.

Nas regiões montanhosas, o ar era considerado mais limpo, com propriedades curativas e ação purificadora. O aspecto higiênico das regiões altas atraiu também a medicina. A partir de 1850, diversos sanatórios foram construídos em pontos elevados dos Alpes, onde tuberculosos e asmáticos internavam-se, absorvendo o sol da montanha e o ar puro. No Brasil, a mesma valorização terapêutica das terras altas deu origem à cidade de Campos do Jordão: o povoado, fundado em 1874, transformou-se em estância de repouso, e nas décadas seguintes se firmaria como centro de tratamento de doenças pulmonares. Ainda hoje atrai turistas devido ao frio e ao ambiente montano.

A admiração moderna pelo relevo escarpado permanece, até hoje, vinculada a certa noção de perigo diante da grandiosidade da natureza. A atração das montanhas sempre se relacionou à sua força e mistério, gerando uma admiração semi-religiosa temperada pelo medo: “*“Um sentimento comum foi passado de geração em geração, espalhando-se por grande faixa populacional. A diferença entre os que pereciam nas montanhas, os que excursionavam pelos Alpes (...) e os que apenas liam a respeito de montanhas, ou contemplavam representações de montanhas, passou a ser uma questão de grau, e não mérito. Todos estavam sujeitos ao encantamento da altitude, e todos participavam de tal encantamento. Havia uma união quase perfeita entre os montanhistas, que buscavam atenção, e o público, que buscava ascensão.”* (Macfarlane, 2005, p. 151)

À medida em que a estabilidade e a prosperidade econômica se consolidavam, a sociedade burguesa se dispunha, cada vez mais, a correr riscos – ainda que imaginários. A classe média precisava de uma válvula de escape, de um mecanismo que permitisse uma alternativa às amenidades urbanas, e as montanhas eram um lugar ideal, onde cada pessoa poderia encontrar o nível de risco que desejasse. Constatou-se que os riscos tinham as suas recompensas, como a sensação de euforia e júbilo que hoje atribuímos aos efeitos da adrenalina. O risco tornou-se desejável, um bem consumível.

Este é um componente cultural atuante ainda na modernidade: sob o domínio das máquinas e da tecnologia, muitos são atraídos pela força de energias primitivas, impelidos a desafiar a natureza, a testar sua força. Os chamados esportes “radicais” estão plenos deste significado, promovendo certo resgate da interação do homem com o meio natural. Estas incursões recriam os condicionantes de perigo existentes no passado, e em busca deles o homem deixa a cidade, seu mundo, e aventura-se na montanha. Ela se transforma em um meio eficaz de fugir ao estresse da vida urbana, de renovar as energias.

A partir deste processo de popularização recente, meras técnicas de escalada, como o rapel e a tirolesa, foram alçadas à condição de “esportes”, na disputa por um mercado cada vez mais atraente. No turismo comercial de aventura, empresas passaram a oferecer acesso guiado às montanhas, em condições controladas, risco mínimo e desfecho positivo quase assegurado. Nesse contexto, a indústria de equipamentos e de serviços ligados ao montanhismo desempenha papel efetivo. Os vários segmentos deste mercado crescente (que oferece produtos, materiais e serviços especializados) buscam fidelizar consumidores e formar novos adeptos da atividade.

O mercado turístico especializado em viagens de aventura e ecoturismo, sobretudo, utiliza um discurso que busca seduzir as pessoas. Para isso, lança mão, freqüentemente, de conceitos e referências provenientes do universo simbólico e mítico que aqui abordamos. Ao oferecer a participação em expedições a grandes montanhas do Brasil e do mundo, a comunicação publicitária emprega, além da linguagem visual, mensagens de impacto que refletem valores e crenças atuantes na sociedade.

Uma pesquisa em revistas dedicadas a turismo e viagens nos apresentou alguns exemplos da forma como as montanhas são “vendidas”. Observamos sobretudo os anúncios veiculados por agências de viagens. No universo dos periódicos disponíveis, trabalhamos com a revista Caminhos da Terra, edições de abril/98 a julho/2000, por ser uma publicação cujo público-alvo é situado na classe média. Nesta revista, as chamadas publicitárias que anunciam os pacotes de viagens acenam com um mundo de magia e promessas de êxito nas montanhas:

- “Nepal – você no topo do mundo”
- “Destino Mont Blanc: o maior cume da Europa ao seu alcance”
- “Pico dos Marins: na rota da aventura”
- “Torres Del Paine: sinta a real liberdade das montanhas”
- “Montanhas do Peru: aventura na dose certa”

- “Trekking nos Andes peruanos: venha descobrir os caminhos da natureza”
- “Serra dos Órgãos – roteiros fantásticos para você curtir suas férias”
- “Férias na Patagônia: você perto da natureza – ou melhor, dentro dela”
- “Pedra do Baú: a escada que vai ao céu da Mantiqueira”

Estas frases são usualmente colocadas à frente de imagens de impacto. As mensagens utilizadas pelos agentes de propaganda se utilizam também de metáforas, associando seus produtos e serviços a conceitos como conquista, sucesso, ousadia e aventura.

A publicidade alimenta ainda o imaginário coletivo que concebe a montanha como um santuário, um local paradisíaco. Seu discurso valoriza a comunhão com a natureza, disponibilizando um caminho para o êxtase numa montanha longínqua, oferecendo uma oportunidade de transcendência num outro mundo, de onde os clientes/aventureiros retornarão renascidos.

MONTANHISMO: PAIXÃO E DISCURSO

Uma das dimensões mais marcantes presente na pesquisa realizada foi aquela associada ao montanhismo. Em boa parte das pessoas, de fato, a idéia de montanha é de imediato ligada aos escaladores e a seus feitos recentes.

A figura do montanhista é retratada em inúmeros comentários, como na fala de Marina R. (vendedora, 32 anos): *“Tem gente que dá tudo pra subir nessas montanha, arrisca a vida. Pra mim é loucura, só dá prejuízo. Gasta a vida lá, sofrendo, ainda se trouxesse alguma coisa... Não sei pra que isso. (...) Mas tem que ter coragem, experiência, não é pra qualquer um. Fica até famoso se chegar lá em cima.”* Outros expressam respeito pelas qualidades usualmente relacionadas à escalada: *“Montanha é assim um lugar longe, que os alpinista vão, subir até o topo. É bonito de ver a coragem, a batalha deles. É exemplo, né? Tem que ter força de vontade, não é pra qualquer um. E preparo,*

treinamento, pra enfrentar o frio, o perigo, altura.” (Julio M., estudante, 22)

A influência dos escaladores entre os mais jovens é visível. Muitos deles se espelham nos feitos e virtudes de montanhistas famosos, elegendo-os como modelos: *“Quero ser um montanhista (...) Os caras que sobem não tem medo, sabem escalar, tem os equipamento. Mas o principal é a coragem...”* (Robson F. A., estudante, 16).

Freqüentemente, estes sentimentos pelas montanhas e seus freqüentadores acabam exercendo uma atração que leva muitas pessoas a também acessá-las efetivamente. A relação apaixonada entre homens e montanhas inclui fatores míticos, poéticos e imaginativos. O montanhismo assume, de fato, profunda significação, que transcende em muito sua forma esportiva.

Ainda que o intrigante universo do montanhista não seja nosso foco principal, ele aqui se constitui numa dimensão essencial ao influenciar, como vimos, a opinião das pessoas. O montanhismo difunde idéias, imagens e a “cultura” do risco e da aventura, afetando, assim, o cidadão comum, nosso principal “objeto” de estudo.

De fato, o imaginário popular abriga com intensidade a figura do erudito, poeta ou místico que vai para as montanhas buscar iluminação. A elevação assume, assim, o papel de um caminho e um meio físico de estímulo espiritual, perfeitamente adequado à busca de Deus. Esta ligação religiosa se materializa em templos, santuários e retiros. Os escritos de místicos, livros sagrados e de religiões orientais e ocidentais transbordam da menção à subida física montanha em busca de inspiração ou sacrifício. O montanhismo mantém viva esta ligação com o sagrado. Em sua prática, surge uma devoção semi-religiosa, em que o esforço, o autoconhecimento e a disciplina estão presentes.

Ao assumir riscos, o montanhista desafia a natureza e a si mesmo, expondo-se à vitória e à derrota, à luta e à recompensa. O montanhista, realmente, escala para si, movido pelo desafio,

em busca da superação de si mesmo, de conhecer seus limites físicos e mentais – mas escala também para os outros, representando países ou grupos, e colhe os frutos obtidos.

Hoje, o escalador de alta montanha é levado a fazer um cuidadoso registro de seus feitos, tornar-se conhecido e divulgar amplamente suas capacidades e conquistas, pois sem esse *marketing* pessoal não obtém o patrocínio necessário. O apoio financeiro exige, além de garantias de sucesso, um retorno na mídia, o uso da imagem, através de entrevistas, palestras e contratos de propaganda. Mesmo que esta exposição seja vista com resignação, para muitos assume ares de vaidade. Vários escaladores renomados já sofreram por este preconceito, sobretudo entre seus pares, tendo seu nome envolvido em polêmicas, como Reinhold Messner e, entre nós, Waldemar Niclevicz. A divulgação de façanhas pessoais ao grande público parece incorporar elementos de traição a um ideário. Afastariam o montanhista da valorizada imagem do homem introspectivo que sobe aos cumes para meditar, de qualidades como autodisciplina (através da qual resista também aos prazeres mundanos) e humildade (pois para escalar montanhas é preciso reconhecer as próprias fraquezas e limitações).

A todo momento, este embate dual surge nas interpretações e comentários das pessoas sobre a figura do montanhista. Consideram-no às vezes um alienado envolto em uma busca obsessiva por objetivos pessoais – inclusive acusando-o de apenas almejar o sucesso e os “louros” da árdua vitória. Em outros momentos, o montanhista é visto como um modelo, em que o autoconhecimento, o companheirismo e a busca de uma vida em maior harmonia com a natureza surgem como exemplos. O olhar popular é pontuado por momentos de incompreensão e admiração, crítica e aplauso. As opiniões das pessoas sobre a atitude do escalador envolvem qualidades antagônicas: irresponsabilidade e coragem, exibicionismo e autocontrole, egoísmo e abnegação.

O montanhismo guarda também aspectos inconscientes e simbólicos de longa data. Nota-

se sobretudo a forte conexão do montanhista com a figura mítica do herói. O escalador assume o papel de alguém que se sujeita a privações e sofrimentos, que luta contra os obstáculos para cumprir sua missão. Para Bachelard, esta imagem lembra o mito de Atlas, que sustentava o mundo às costas. Assim como aquele deus grego, o alpinista gosta do seu fardo, demonstra sua força e coragem, está orgulhoso de sua tarefa: “*Para um verdadeiro alpinista, a mochila é um prazer positivo.*” (2001, p. 293)

O sacrifício do herói, assim como os rituais de iniciação ou de passagem presentes em muitas culturas, representa a libertação da inconsciência e da imaturidade. Ao lutar contra o monstro ou o dragão, o herói deve sair vitorioso das provas, ‘morrer’ e ‘ressuscitar’ para alcançar uma existência plena. Pelo sofrimento testa a si próprio, conhece suas possibilidades e acaba por tornar-se espiritualmente superior (ELIADE, 1999, p. 170).

Esta imagem mítica persiste como uma herança simbólica. As evidências de sua manifestação ao longo do tempo nos levam a lançar um olhar, ainda que rápido, sobre o conceito de “inconsciente coletivo”. Segundo Jung (1964) esta dimensão é a parte da psique que retém e transmite a herança psicológica comum da humanidade. O inconsciente coletivo está associado à idéia de arquétipo, que se define como as imagens primordiais ou conteúdos simbólicos localizados nas camadas mais profundas da mente. São conteúdos ou imagens típicas que não foram submetidos a qualquer elaboração consciente, mas surgem com frequência como temas permanentes do pensamento humano, preenchidos pelo material da experiência consciente. A escola de psicologia analítica de Jung, assim, ajudou a eliminar a distinção arbitrária entre o homem primitivo, para quem os símbolos são parte natural do cotidiano, e o homem moderno que, aparentemente, não lhes encontra nenhum sentido ou aplicação.

No que tange ao tema aqui proposto, nos parece haver uma aproximação entre a dimensão inconsciente e as RS, uma zona de permeabilidade entre ambas. Os arquétipos atuam no mundo moderno, alojados nas dimensões subjetivas do cotidiano. Cabe aqui refletirmos sobre o alcance e influência que podem exercer sobre as representações dos montanhistas, e sobre a visão pública sobre eles.

As representações sobre as montanhas estão ligadas também a uma certa noção de verticalidade profundamente arraigada no pensamento humano. As montanhas, assim como as cruzeiras, as árvores e as torres das igrejas, simbolizam a postura vertical, a linha ascendente em direção ao céu, em oposição à dimensão terrena, rasteira e profana.

De fato, o impulso para o alto, e de ir a locais cada vez mais elevados, é inato à mente humana. O ser humano aspira, como as plantas, a ascender da terra, a levantar-se: o salto é uma expressão básica da alegria (Bachelard, 2001). De igual modo pensa Durand, para quem os atos e crenças humanos com relação às montanhas estão ligados à verticalização, ao instinto natural da criança que se ergue e à postura ereta do adulto: “*O imaginário continua o impulso postural do corpo*” (1997, p. 130). Também Eliade lembra que há na idéia da ascensão todo um sistema de correspondências antropomórficas, que vão da coluna vertebral ao *Axis Mundi* (1999, p. 138).

A subida da montanha, no mundo todo, é associada à chegada ao ápice, à busca do sucesso. Ao desafiar as adversidades, percorre-se figurativamente um caminho íngreme que leva ao alto. A escalada tem ampla utilização como metáfora. Sua imagem está presente no *marketing*, nos gráficos de linha ascendente que retratam metas corporativas ou em alusão a tarefas difíceis.

A vista panorâmica que se descortina do alto, ainda que deslumbrante, não equivale à significação simbólica em torno da escalada: o ápice, um ponto nas coordenadas do espaço elevado pelas contingências da geologia, é sobretudo algo imaginado. O desejo da

conquista é embalado pelo ideário construído histórica, cultural e simbolicamente, conduzindo o praticante do montanhismo a desafiar seus limites mentais e físicos.

No início, especialmente a partir do século XIX, esta atividade estava associada a um compromisso com a ciência. As escaladas tinham um vínculo institucional que lhes conferia maior seriedade perante a sociedade: as incursões eram muitas vezes justificadas por um intuito científico, e nelas era usualmente realizado algum tipo de experimento. A academia, de fato, foi uma das forças motrizes do montanhismo: as primeiras expedições foram financiadas como expedições científicas, cujo objetivo era buscar conhecimentos geológicos e botânicos. A geologia, sobretudo, exerceu influente parceria com o montanhismo: uma escalada sé dá percorrendo diferentes extratos rochosos, e cedo intrigou os pesquisadores a presença de conchas e outros elementos antigos a grandes altitudes. O montanhismo contribuiu em alguns aspectos para a elaboração de teorias fundamentais, como a da deriva dos continentes, de Wegener. Na rampa do Everest conhecida como ‘franja amarela’, a pouca distância do cume, encontram-se fósseis de criaturas que viveram no mar de Tétis, que separava a Índia da Eurásia e do atual Tibete a milhões de anos atrás.

O monte Everest, a propósito, assume grande representatividade para o montanhismo mundial, e surge com frequência nas representações sociais pesquisadas. Conforme lembra Brandolin (1993, p. 19) existem muitas montanhas mais bonitas e mais difíceis de serem escaladas, mas a mais alta do mundo provoca uma irresistível atração. Nenhuma outra recebeu tantas expedições, foi tão documentada e mereceu tantos livros.

De fato, depois que o explorador norte-americano Robert Peary proclamou ter chegado ao Pólo Norte, em 1909, e Roald Amundsen liderou uma equipe norueguesa ao Pólo Sul, em 1911, o Everest (8848 m. de altitude) tornou-se o objeto mais cobiçado no reino das explorações terrestres. Passou a incorporar, no imaginário

mundial, o papel de *Terceiro Pólo*, à espera dos seus conquistadores.

A dimensão geopolítica e nacionalista atua desde o início do alpinismo internacional, tendo sido marcada pela histórica rivalidade entre ingleses e franceses. Estes tinham, em 1950, divulgado amplamente a conquista do Annapurna – o primeiro cume de 8 mil metros escalado pelo homem – como uma epopéia nacional, uma prova da superioridade francesa. O acontecimento se inseriu na memória coletiva da França, que saíra ferida e dilacerada da segunda guerra. A repercussão da conquista francesa gerou o “efeito annapurna”: várias expedições internacionais eram montadas, com apoio governamental, buscando elevações de destaque mundial. Os britânicos estavam obcecados sobretudo pela conquista do Everest, e após dez expedições, finalmente tiveram êxito, em maio de 1953. Edmund Hillary e o sherpa Tenzing Norgay se tornaram os primeiros homens a pisar no topo. A repercussão foi enorme na Inglaterra: “*O gigante da Terra sucumbiu*” anunciavam o Times. A notícia chega aos ingleses no mesmo dia da coroação da nova rainha da Inglaterra, e a coincidência destes dois acontecimentos gerou fortes sentimentos patrióticos. O país se recuperava dos horrores da guerra, e tanto a jovem rainha como a conquista no Himalaia simbolizavam um novo recomeço, marcado por esperança, orgulho e nostalgia de um passado de glória (TERRAY, 1977b, p. 160).

Os primeiros brasileiros a escalar o Everest foram Mozart Catão e Waldemar Niclevicz, em 1995. O fato foi amplamente divulgado pela mídia brasileira, que retratou os dois escaladores como heróis nacionais. Niclevicz foi homenageado pelo presidente da república e pelo então ministro dos esportes, Pelé, de quem havia recebido a bandeira nacional que estenderia no cume. O livro de Waldemar que narra a expedição vitoriosa ao teto do mundo tem como subtítulo “*A conquista brasileira da maior montanha do mundo*”.

Apesar das duras críticas tecidas no meio montanhístico contra as atuais expedições

comerciais ao Everest, ao nível popular sua força simbólica parecer se manter relativamente inalterada: as polêmicas recentes não superam a força do imaginário coletivo. Nota-se até mesmo um efeito contrário: atendendo ao “chamado” da montanha, os novos aventureiros difundem ainda mais sua magia, ampliando seu poder de atuação sobre a mente do homem comum. O intenso simbolismo sobre a montanha mantém assim sua força, alimentado pelos relatos trágicos ou heróicos de cada temporada de escaladas.

RELEVO E NATUREZA INTOCADA

Entre as diferentes dimensões de análise relativas ao o ambiente montano, uma assume, para nós, importância especial: a relação entre o relevo montanhoso e a ocupação dos espaços. As representações sociais aqui retratadas estão, de fato, estreitamente vinculadas à transformação do meio natural pelo homem.

No processo histórico de ocupação do território pelo ser humano, as regiões montanhosas surgem como barreiras muitas vezes intransponíveis. Ao se erguerem no horizonte, elas assumem um papel de obstáculo ao avanço da urbanização, impondo limites físicos à ocupação do solo. Isoladas ou agrupadas em serras, as montanhas tendem a limitar ou desviar os fluxos de produção e de transporte. As condições climáticas e de solo complementam a adversidade da inclinação mantendo as encostas e vales montanhosos usualmente fora dos projetos progressistas e modernizadores. Via de regra, a cultura humana, e a agri-cultura, preferem as áreas mais planas.

Com a gradual ocupação de todas as terras férteis e relativamente planas, sobraram somente ilhas de natureza intocada. Estes redutos sobreviveram sobretudo por razões ligadas ao relevo. Ao se mostrarem inviáveis para o cultivo, dificultarem a construção de estradas – que atuam há séculos como efetivos corredores de ocupação – e a exploração dos recursos naturais, os ambientes naturais serranos

foram poupados. Esta dinâmica pode ser percebida por todo o mundo.

Exercendo efetiva resistência à expansão agrícola e econômica, as montanhas se mantêm relativamente intocadas, enquanto o restante das florestas são desmatadas e loteadas desenfreadamente. Certamente outros fatores contribuíram para que a vegetação serrana fosse poupada do extermínio, mas sem dúvida nenhum foi tão atuante quanto a própria conformação geológica e natural. As ações ambientais e a legislação que hoje protegem as florestas se configuram, sobretudo, como uma continuidade, de extremo valor em um momento em que se ampliam as pressões sobre as zonas montanhosas.

De fato, as Unidades de Conservação brasileiras com relevo montanhoso constituem a maior porcentagem em comparação ao total de área protegida. Um olhar sobre os 62 Parques Nacionais do Brasil confirma que boa parte deles está localizada em regiões de montanha. A própria denominação de mais de vinte dessas UC's evidencia, de norte a sul, a origem natural que apontamos acima. Abaixo citamos algumas:

- P. N. Montanhas do Tumucumaque (AP)
- P. N. do Monte Roraima (RR)
- P. N. da Serra do Divisor (AC)
- P. N. Serra da Capivara (PI)
- P. N. Serra de Itabaiana (SE)
- P. N. da Serra dos Órgãos (RJ)
- P. N. da Serra do Cipó (MG)
- P. N. Serra da Bodoquena (MS)
- P. N. Aparados da Serra (SC)
- P. N. da Serra Geral (RS)

Um estudo que sobreponha o mapeamento das florestas preservadas a mapas de relevo e altitude certamente reunirá dados que confirmem este fenômeno. Para o senso comum, porém, o fato da natureza se refugiar nas áreas montanhosas cria um novo sentimento, mesclado a temores antigos relacionados às montanhas.

AS MONTANHAS COMO REDUTOS DA NATUREZA HOSTIL

Sob muitos aspectos, a relação entre homens e montanhas guarda estreitas ligações com a relação homem-natureza estabelecida pela sociedade contemporânea.

Na literatura consultada, a evolução do olhar sobre as montanhas é vista sob uma ótica evolucionista: os sentimentos negativos são retratados sobretudo como coisas do passado. Estas percepções teriam sido substituídas por novos valores estéticos, a partir do final do século 17, que situam na natureza o *locus* da beleza, da pureza e do equilíbrio perdido – inspirados nas idéias do romantismo. Mas a presente pesquisa aponta que, de modo sutil, sentimentos conflitantes com esta postura, de séculos atrás, permanecem atuantes.

Boa parte dos relatos guarda temores com relação à fauna e à vegetação (usualmente tidos como sinônimos de natureza). Esta constatação, algo surpreendente, contraria a tendência hegemônica do naturalismo romântico visto na atualidade, fruto do processo cultural de raízes européias exposto anteriormente.

A natureza concebida como boa, bela e saudável convive, na percepção popular, com associações antagônicas de medo e aversão. Muitas vezes ela é vista como um lugar perigoso e assustador, morada de animais e bandidos – um mundo totalmente oposto ao das cidades. Os sentimentos sobre a montanha guardam relação com acidentes, mortes e animais selvagens. As crianças se referiam a sons assustadores, à mata escura, aos ouvidos trancados e a sentirem enjôo. “*Parece que vai tudo se desmoronar*” escreveu Nicole.

Entre os adultos, alguns depoimentos expressaram admiração estética pelas montanhas, mas tendiam a situá-las ao longe, num local para visitar ocasionalmente, ou mesmo para apreciar pela janela do carro. “*É um perigo andar por lá. Bom é ver do ônibus*”.

Quais os motivos desta visão conflitante entre o belo e o perigoso, entre o bom, inspirado nos valores ambientais, e o ameaçador? Nos levantamentos realizados, via de regra, as montanhas são imediatamente associadas à idéia

de natureza, indicando a relação estreita e usual entre ambas. Porém, ainda que hegemonicamente transformadas, as impressões sobre elas guardam dimensões alternativas, interpretações que abrigam uma diversidade oculta pela postura estética dominante. Convivem no cotidiano o desejo de aproximação e valorização da natureza (como um bem, algo que se deveria respeitar, admirar e cuidar), o desejo de dominação (o ambiente natural como algo a ser conquistado/enfrentado) e o sentimento de temor/aversão.

Nos depoimentos coletados percebe-se uma tendência a conceber a natureza como alteridade, como algo desconectado de si, distante, fora da cidade, associando-a às montanhas. Isto reforça uma postura humana que tem um substrato histórico claro no processo de ocupação do espaço: a dicotomia campo-cidade. A cidade, contrapondo-se à natureza selvagem, se estabelece historicamente como o lugar da cultura. O desenvolvimento econômico-industrial priorizava as necessidades humanas e a cultura urbana em expansão. Essa tendência se materializava através de um uso prático dos recursos naturais e na transformação dos espaços tomados por florestas “inúteis”. O antagonismo entre cultura e natureza era marcado pelo domínio humano, e materializado em intervenções artificiais na paisagem. A partir do surgimento das primeiras aglomerações humanas e cidades, a natureza passou a ser vista hegemonicamente pela nova sociedade urbana como sinônimo de atraso e rusticidade, domínio do inculto e do esteticamente desagradável. Em muitos aspectos, representava uma ameaça à ordem nascente.

Como alerta Gonçalves, chama-se selvagem – da selva, do plano da natureza – àquele que se encontra no pólo oposto da cultura. Esta é tomada como algo superior e que conseguiu controlar e dominar a natureza, a inconstância, o imprevisível, o instinto, as paixões. Neste contexto, o Estado, a lei e a ordem necessários para evitar o primado da natureza, onde reina o caos ou, no máximo, a lei da selva. (2002, p.25)

Este pensamento simbólico foi transferido sem mudanças substanciais para a visão sobre as montanhas. Ainda na modernidade, pode-se notar apreensão e desconfiança com relação às elevações cobertas de vegetação, portadoras de um imaginário coletivo carregado de superstições.

A tendência de ver as montanhas como lugares perigosos e inadequados ao homem civilizado foi fortalecida ao longo do tempo por um fator adicional: historicamente, heréticos e rebeldes, em tempos de perseguição, se escondem nas montanhas, relacionadas a focos de resistência civil/militar. Os Alpes foram por centenas de anos o baluarte da Europa, reduto e esconderijo de grupos perseguidos. Recentemente, na luta contra a ocupação indonésia do Timor, a resistência se deu sobretudo nas montanhas. Nelas, se refugiam os rebeldes do Afeganistão, os guerrilheiros curdos e colombianos, os traficantes de drogas do Rio de Janeiro e os supostos terroristas procurados pela milícia americana no Iraque.

A natureza também pode ser abrigo de criminosos. Alguns depoimentos julgaram a montanha como um “*lugar de bandido*” onde ocorrem roubos e assaltos, e onde “*só tem mal-intencionado*”. A percepção da comunidade revela a persistência do imaginário da mata escondendo bandidos.

Outra dimensão usualmente menosprezada na atualidade é a que concebe a natureza como local de feras. Erroneamente atribuída unicamente às sociedades não-urbanas ou primitivas, essa noção sobrevive enraizada no inconsciente humano. Diversas pessoas mencionaram o medo de animais – principalmente de cobras – nos depoimentos. O aluno Marcos escreve: “... *podemos morrer porque tem cobras, aranhas e muitos animais perigosos*”.

Durante longos séculos, foi muito raro um sentimento bondoso para com os animais: o normal era temê-los, e, se possível, exterminá-los. As florestas e montanhas causavam medo porque abrigavam, além de feras imaginárias, animais selvagens de toda espécie, que quando

não atacavam o viajante causavam dificuldades aos povoados próximos. À noite, lobos esfomeados vinham às cidades, rodeavam as casas, devoravam ovelhas e cordeiros. Seus uivos aterrorizavam as aldeias. (TUAN, 2005). Com o crescente aproveitamento de terras para a agricultura e ao desflorestamento, os animais eram vistos como ameaça.

Nos textos e depoimentos que buscaram retratar as representações sociais foram citados com frequência cobras, escorpiões, aranhas e os incômodos mosquitos. Demonstrou-se preocupação também com “bichos grandes”, como onças. A natureza relativamente intocada das montanhas serranas concentraria, assim, uma fauna perigosa. Poucos entrevistados externaram sentimentos de admiração para com os animais selvagens que lembravam existir nas montanhas.

A presença de insetos que transmitem doenças também foi lembrada nas conversações. Esta associação, que vê a natureza como foco de enfermidades e males é, de fato, estimulada com frequência no cotidiano moderno. As campanhas de saúde nos meios de comunicação atuam nesse sentido, como no recente alerta público contra o mosquito transmissor da dengue. Animais e plantas são, muitas vezes, portadores de germes patogênicos. Na atualidade, o combate ao tráfico de animais silvestres tem como um de seus principais argumentos o risco que estes oferecem à saúde humana, como transmissores de doenças.

A preocupação higienista/sanitária atua, de igual modo, na formação da imagem de natureza pelo senso comum. A tendência urbana à purificação, organização e esterilização do ambiente habitado contribui diretamente para a contraposição homem/natureza. Em nosso cotidiano, as folhas que caem das árvores são varridas como sujeira, os gramados cuidadosamente aparados, as frutas e verduras escolhidas segundo sua aparência impecável. A postura moderna se materializa em bosques roçados e *limpos*, bem como na eliminação das ameaças naturais à ordem/harmonia social – como os terrenos baldios onde a vegetação e

pequenos animais se refugiam. Este desejo de segurança se une ainda a valores estéticos: a arquitetura e o planejamento urbano abrigam em suas origens o desejo humano de *corrigir* e *controlar* a natureza. Pode ser percebido facilmente este gosto pelo seu domínio: criação de espécies geneticamente *melhoradas*, jardins projetados geometricamente, troncos pintados à cal, praças com arbustos e flores alinhadas, canteiros *livres* de todo *mato*. Esta lógica pragmática essencialmente urbana esconde valores culturais antagônicos à noção romântica de natureza.

As representações sociais, assim, mesmo recebendo influências da ciência e de grupos formadores de opinião, exhibe características próprias, algumas de origem remota. Vemos surgirem ainda hoje, por exemplo, representações da natureza como instrumento de castigo divino, que no contexto técnico-científico moderno se achavam extintos. São resquícios persistentes de uma sociedade supersticiosa, atormentada pelos caprichos dos deuses e pelo medo da noite. Esta reincorporação da natureza mágica se renova na vinculação da idéia de natureza a catástrofes climáticas e ambientais (vendavais, inundações, granizo), traduzidas freqüentemente em comentários populares, que as explicam como “a natureza reagindo às agressões” ou “retomando seu lugar”, e em expressões como “a fúria da natureza”.

MONTANHAS DO MAL

A pesquisa em que se baseia este artigo demonstrou que as montanhas acumulam percepções contraditórias, que vão do sublime ao desprezível, da admiração ao temor. Um destes antagonismos, no entanto, chama a atenção: a montanha é associada ao sagrado – nela estaríamos mais perto de Deus – mas também ao maldito. Realmente, as metáforas da montanha como divindade ou morada do criador, apresentadas no início deste trabalho, contrastam fortemente com a ligação simultânea

desta a entidades maléficas, como bruxas, dragões e demônios.

No folclore popular, as montanhas são muitas vezes tidas como a morada de animais malignos, ou como o próprio abrigo do demônio. Em diversas culturas do mundo, as montanhas estão associadas à forma cônica do chifre. Este, o próprio símbolo do diabo, faz com que a montanha seja também conectada à noção do maldito. Há, de fato, no mundo todo uma abundante presença de montanhas com designações como “cime du Diable”, “mont Maudit” (ambos nos Alpes franceses), “Mount Diablo” (Califórnia/USA), “Devils Thumb” (Alaska), “Cerro del Diablo” (México), “Diente del Diablo” e “Punta del Diablo” (Chile), “Montaña del Diablo” (Venezuela) e tantas outras. No Brasil, podemos citar como exemplos o Morro do Diabo (São Paulo), a Agulha do Diabo (Rio de Janeiro) e o Anhangava (Paraná). Este último tem sua toponímia originada do tupi, traduzindo-se para o português como “morada do espírito mau”, do “gênio do mal” ou do diabo.

Para Tuan (2005, p. 13), o meio ambiente físico de montanha adquire uma dimensão de mau agouro e aversão, além da ameaça das forças naturais e espíritos, quando é identificado com a maldade humana de ordem sobrenatural, como a atribuída às bruxas. Durante séculos, as montanhas e terras altas foram consideradas o próprio *habitat* destas mulheres reais ou imaginadas. A caça européia às bruxas, que durou mais de dois séculos, concentrou-se nos Alpes e Pirineus.

Ao reconhecer na montanha o último reduto da natureza bravia e mágica, o homem sente ainda hoje necessidade de dominá-la. O ritual religioso, sobretudo, combate a associação daqueles locais com a morada do demônio, num esforço para conter a força maléfica da montanha. A cruz, especialmente, visa situá-la num plano de energias positivas, afugentar os seres nocivos, tranquilizando espiritualmente o homem moderno – assim como as oferendas e rituais apaziguavam os temores dos povos antigos.

Ao fixar objetos no ponto mais alto das montanhas, o ser humano busca assinalar seu controle simbólico e espiritual sobre elas. O hábito de se instalar cruzes em montanhas por todo o mundo é prova desta necessidade de demarcar um território. Esta purificação religiosa faz com que também imagens de santos católicos sejam erigidas nas montanhas. Capelas e pequenos altares são freqüentemente construídos alto de montanhas sul-americanas e européias, principalmente em Portugal e na Espanha. No Brasil este também era um hábito tradicional, hoje restringido pelas regulamentações ambientais que protegem o cume das elevações.

Em todo o mundo os nomes originais de algumas montanhas, relacionados ao diabo, foram substituídos por outras denominações, por iniciativa popular ou oficial. Assim como as cruzes, esculturas e templos erigidos nas montanhas, as denominações atuam também como um marco territorial e cultural, um esforço por incluí-la num universo conhecido e seguro.

Outro fator que contribui para difundir a imagem da montanha como local de perigos, atualizando sua visão negativa, é a divulgação de acontecimentos trágicos do montanhismo. O aumento do acesso humano às montanhas é acompanhado, realmente, pelo crescimento no número de acidentes e mortes, de modo geral apresentados ao público comum em tom sensacionalista. Nas redações, a influência da cobertura de imprensa sobre a idéia de montanha ficou evidente: “*Uma das montanhas mais difícil de se escalar é o Monte Everest, esses dias morreu um homem sem oxigênio*”; “*um cara que tentou subir sem oxigênio e acabou morrendo*”; “*um brasileiro morreu tentando descer*”.

As entrevistas com pessoas mais velhas, também apontaram a presença de eventos trágicos do montanhismo: “*Montanha é um lugar perigoso, só louco pra ficar subindo lá à toa... Quanta gente não morre lá, se perde, depois fica a família desesperada aí... Os alpinistas mesmo acabam morrendo, dá no jornal*” (Marcos A. W., 28)

Recentemente, o público brasileiro acompanhou pela imprensa dois acontecimentos trágicos envolvendo montanhistas: a morte de Catão e seus companheiros no Aconcágua (1998), atingidos por uma avalanche, e de Vítor Negrete, no Everest (2007). Os relatos foram intensamente noticiados nos meios de comunicação, que exploraram avidamente os aspectos emocionais dos acidentes. Os depoimentos dos membros da expedição, dos amigos e da família foram incluídos na mídia impressa e nos telejornais, incluindo programas de alcance popular, como o Fantástico e outros telejornais noturnos

Há muitas maneiras de morrer nas montanhas: por congelamento, avalanche, desmoronamento, ou em consequência da altitude, que pode causar edema cerebral ou pulmonar. A queda, obviamente, é um risco constante. Todos os anos, centenas de pessoas morrem nas montanhas do mundo, e milhares se acidentam. O Mont Blanc, sozinho, já matou mais de mil pessoas; o Matterhorn, quinhentas; o K2, um número semelhante. Nos Alpes e nos Andes, os números são assustadores: dezenas de aventureiros morrem anualmente. Em Chamonix (França), morre em média uma pessoa por dia em cada temporada de escaladas. Em determinados invernos, mais pessoas perecem nas montanhas da Escócia do que nas estradas que a circundam.

Também no Everest a morte é uma presença constante. Cada minuto no topo, onde há somente 30% do oxigênio disponível ao nível do mar, significa menos reservas de oxigênio e energia para a descida, durante a qual acontece a grande maioria dos acidentes. O cume é apenas a metade do caminho. Desde 1921, as estatísticas apontam um número superior a 210 mortos (metade deles na última década). Muitos morrem devido à baixa temperatura, que pode ultrapassar os 35°C negativos, e à exaustão. O excessivo aumento no número de escaladores do Everest tem custado a vida de muitos: o “congestionamento” que causa filas em locais estreitos e expostos é hoje uma das maiores problemas enfrentados pelas expedições. Para

chegar ao alto, é necessário passar por corpos congelados, conservados pelo frio, cuja remoção se torna inviável diante das adversidades exercidas pela altitude.

Mesmo nas elevações menos extremas, ou situadas em ambientes tropicais em que a neve, o gelo ou os males da altitude estão ausentes, o fator climático e as condições naturais oferecem risco constante.

Esta dimensão macabra, que compõe a rotina do frequentador das montanhas, é, porém, o que confere valor especial à atividade. Ainda que o planejamento, o cuidado preventivo e os equipamentos especializados garantam certo controle sobre o perigo, este nunca deixa de estar presente. O que torna o montanhismo singular entre todas as demais atividades de lazer ou esportivas é, inclusive, a possibilidade da morte, o fato de que alguns praticantes irão perder a vida. À parte o sofrimento causado aos familiares, isso é aceito com relativa naturalidade. O fato de pessoas morrerem ou se acidentarem nas montanhas, de vez em quando, inspira os sobreviventes, e alimenta o imaginário popular (MACFARLANE, 2005, p. 82).

CONCLUSÕES

A idéia de montanha remete a metáforas que integram as mais diferentes culturas e ambientes. Ainda na atualidade, certos elementos do imaginário antigo se mostram atuantes, resistindo ao tempo em conexões que acenam com origens comuns. Não só sobrevivem nas brechas entre a tecnologia e o ritmo de vida urbano, como se transformam e reavivam, mesclados a influências contemporâneas. Muitas representações sobre as montanhas têm raízes em um imaginário antigo que já se julgava extinto, herdado de um passado de crenças mágicas e míticas comum a toda a humanidade.

Ao abordar as montanhas no universo popular, ressaltamos a atuação de elementos ligados à memória coletiva e às construções simbólicas, ampliando o enfoque usualmente

dado à RS. Estas não se constituem apenas de processos cognitivos. O saber popular inclui imaginário, emoções, afetos, memória e religião num arcabouço existencial diariamente exercitado na vida social. A existência do homem comum utiliza permanentemente esses elementos, como forma de estabelecer uma lógica própria.

O estilo de vida do montanhista incorpora consciente ou inconscientemente dimensões simbólicas, resgatando imagens arquetípicas. A popularização do alpinismo traz ao público comum um retorno dual: ao mesmo tempo em que conduz à sua “dessacralização”, gera eventos que reforçam emoções e opiniões alternativas às de beleza e harmonia. Ao evidenciar as mortes e acidentes dos últimos anos, frutos da crescente exploração ecoturística das montanhas, os meios de comunicação contribuem ativamente para divulgar esta face perigosa. O risco evidenciado no noticiário realimenta temores ancestrais, que atribuíam uma dimensão “maldita” e maléfica aos cumes.

As notícias das mortes de brasileiros no Everest e no Aconcágua continuam na memória coletiva nacional, assim como as conquistas de Niclevicz. Este, apesar das polêmicas em que se vê envolvido, é sem dúvida um personagem importante para o imaginário popular no Brasil. Sua imagem está ligada a um sentimento patriótico de orgulho nacional, que desde os primeiros tempos do alpinismo se faz presente ao lado da busca individual pela vitória na escalada. Waldemar difunde a imagem de um solitário que desafia a adversidade, como provação para representar um povo – elementos característicos da figura do herói mítico.

A mídia, movida por interesses comerciais, renova o simbolismo associado à montanha através de idéias de aventura, desafio, conquista, beleza, ascensão econômica, sucesso profissional e outros sentimentos/desejos humanos. O marketing de cunho turístico-esportivo, sobretudo, influencia fortemente o imaginário popular, interagindo com as demais representações.

Os meios de comunicação via de regra ressaltam a representação positiva da montanha, como esteticamente bela e vinculada ao prazer, contribuindo para a fantasia de um passado natural, de inspiração romântica. No universo consensual, surge freqüentemente a idéia da natureza como um paraíso perdido – enaltecimento nostálgico é ainda hoje um dos principais motores de posturas protecionistas com relação ao ambiente. Sua atuação no cotidiano é inegável, compondo o substrato não só do moderno ambientalismo como das ciências naturais e humanas.

O sentimento romântico hegemônico convive, no entanto, com elementos essencialmente antagônicos, que julgam a natureza como ameaçadora e hostil, em oposição à cultura humana. Nesta visão negativa da natureza, as montanhas inspiram temor e insegurança.

As representações sobre as montanhas parecem abrigar ainda uma certa origem espacial. Muitas vezes são fruto de uma dinâmica espaço-temporal, que passa por modificações cumulativas: de fato, as formações rochosas que se elevam no horizonte estão presentes em toda a história humana na superfície do planeta. Ainda hoje, são vistas por muitos como obstáculos ao desenvolvimento econômico: as áreas de relevo acidentado atuam como barreira à expansão do uso agrícola e urbano do solo. O cerco antrópico acaba por rodeá-las gradualmente, formando paisagens que influenciam as diferentes leituras que o ser humano faz das montanhas. Nelas se erguem atualmente boa parte dos retalhos de floresta intocada restantes – protegidos historicamente pelo relevo e, posteriormente, por unidades de conservação.

Por trás deste processo, surgem valores relevantes para a compreensão da relação homem-natureza. O papel de abrigo e refúgio, que tende a se acentuar ainda mais no futuro, renova a visão do meio natural longe das cidades. Ali o senso comum tende a situar a natureza.

As montanhas surgem como um exemplo único da capacidade imaginativa do homem moderno, que num processo contínuo cria conexões e tece novos sentidos para a realidade. A paisagem montanhosa atua como um emissor de imagens simbólicas. Através dela se fundem diversos sentimentos, compondo um universo intuitivo não racionalizado.

Ao problematizar a montanha sob a ótica das relações simbólicas e culturais sobre ela traçadas, buscamos retratar suas nuances menos visíveis. O imaginário contemporâneo forma hoje um quadro impreciso, em que estão presentes diversas influências. Afloram dialogicamente no chamado senso comum sentimentos topofílicos e topofóbicos, valores antigos e modernos, conscientes e inconscientes, que introduzem maior complexidade à interpretação de suas representações.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, G. *A Terra e os devaneios da vontade*: ensaio sobre a imaginação das forças. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 317 p.

Bíblia Sagrada. Versão dos Monges de Maredsous (Bélgica) traduzida para o português pelo Centro Bíblico Católico, revisão Frei João José Pereira de Castro. São Paulo, Ave Maria / Parma, 1959. 1632 p.

BRANDOLIN, T. *Everest: viagem à montanha abençoada*. Porto Alegre: L&PM, 1993. 206 p.

CAMPBELL, J. *A Imagem Mítica*. Campinas: Papirus, 1994. 506 p.

CARVALHO, I. C. M. *A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. 228 p.

DURAND, G. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 551 p.

ELIADE, M. *Imagens e símbolos*: ensaios sobre o simbolismo mágico-religioso. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 178 p.

_____. *O Sagrado e o profano*: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 191p.

FARIA, A. P. *Classificação de Montanhas pela Altura*. In: Revista Brasileira de Geomorfologia. Ano 6, nº 2. Rio de Janeiro: 2005. P. 21 – 28.

GONÇALVES, C. W. P. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2002. 148 p.

HERZOG, M. et all. *La montagne*. Paris: Larousse, 1956. 476 p.

JUNG, C. G. *O Homem e seus símbolos*. 8. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964. 316 p.

KEITH, T. *O Homem e o mundo natural*: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 454 p.

MACFARLANE, R. *Montanhas da mente*: história de um fascínio. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005. 282 p.

MARTINS, J. S. *Homilia proferida na cerimônia de intitulação do Gran Sasso (Itália) a João Paulo II*. 18 mai. 2005. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/csaints/documents/html>. Acesso em: 18 dez. 2006.

SAMIVEL. *La Montagne des Mythes et des Légendes*. In: HERZOG, M. et all. *La montagne*. Paris: Larousse, 1956. P. 18-56.

SCHAMA, S. *Paisagem e memória*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996. 645p.

TERRAY, L. *Os conquistadores do inútil*. Vol. 1. São Paulo: Verbo, 1977a. 193 p.

_____. *Os conquistadores do inútil*. Vol 2. São Paulo: Verbo, 1977b. 196p.

TUAN, Y. F. *Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1980. 288 p.

_____. *Paisagens do medo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005. 374 p.

WILKINSON, P. *O livro ilustrado da mitologia*. São Paulo: Publifolha, 2002. 128 p.

¹ Artigo baseado na dissertação “As montanhas e suas representações através dos tempos: buscando significados”, defesa em março/2008. Orientação Prof^a Dr^a Salete Kozel.

² Mestre em Geografia pela UFPR.